

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Unidade de Pronto Atendimento (UPA - 24 horas) Zona Leste

CNPJ nº 24.232.886/0180-23

Demonstrações Contábeis do Exercício - Em R\$

Balanco patrimonial Período findo em 31 de dezembro - Em reais			Demonstração do resultado Período findo em 31 de dezembro - Em reais					
Ativo	Nota	2.020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.020			
Circulante			Circulante					
Caixa e equivalentes de caixas	5	2.000	Fornecedores	10	335.372			
Contas a receber	6	2.087.165	Honorários médicos	11	1.195.042			
Estoques	7	781.676	Obrigações sociais e trabalhistas	12	900.433			
Partes relacionadas a receber	8	2.951.582	Obrigações fiscais		95.148			
Outros ativos circulante		78.303	Partes relacionadas pagar	8	179.828			
		5.900.726	Receitas diferidas	13	1.526.214			
Não Circulante			Outros passivos		15.854			
Imobilizado	9	5.980			4.247.891			
		5.980	Não Circulante					
Total do Ativo		5.906.706	Provisão para descontinuidade	14	144.011			
					144.011			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Demonstração do resultado abrangente					
Período findo em 31 de dezembro - Em reais			Período findo em 31 de dezembro - Em reais					
Patrimônio social			Superávit do período					
Superávit do exercício		1.514.804	Superávit do período		1.514.804			
Em 31 de Dezembro de 2.020		1.514.804	Total do Passivo		5.906.706			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras			Período findo em 31 de dezembro - Em reais					
Período findo em 31 de Dezembro de 2.020 - Cifras apresentadas em reais.			De 1º de junho a 31 de Dezembro de 2.020					
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 - horas) Zona Leste. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar celebrou com a Município de Santos, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, contrato de gestão para gerenciamento, operacionalização e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 - horas), com vigência de 60 (sessenta) meses. As atividades operacionais da unidade iniciaram em 1º de junho de 2020. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 19 de Março de 2021. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 14 - Provisão para descontinuidade. 3. "Operação S.O.S" E Seus Reflexos: Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. A Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas Zona Leste - Santos/SP, não tem nenhuma relação com a fiscalização pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. b) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. c) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. d) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e			Superávit do período			De 1º de junho a 31 de Dezembro de 2.020		
Superávit do período			Superávit do período ajustado			Superávit do período		
Outros resultado abrangentes			Variáveis nos ativos e passivos			Contas a receber		
Resultado Abrangente do Período			Estoques			Outros ativos circulante		
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			Fornecedores			Honorários médicos		
Período findo em 31 de dezembro - Em reais			31 de dezembro de 2.020			31 de dezembro de 2.020		
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Superávit do período			Aquisição de imobilizado e intangível			Partes relacionadas		
Ajustado por:			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
Depreciação			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Superávit do período ajustado			Aumento do caixa e equivalentes de caixa			Demonstração aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Variações nos ativos e passivos			Adição de imobilizado e intangível			No início do período		
Contas a receber			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			No fim do período		
Estoques			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Outros ativos circulante			Partes relacionadas			contas a receber.		
Fornecedores			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 40% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:		
Honorários médicos			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Descrição		
Obrigações sociais e trabalhistas			Partes relacionadas			Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)		
Obrigações fiscais			Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos			Baixas por rescisões de contratos		
Receitas diferidas			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			Saldo final		
Outros passivos			Aumento do caixa e equivalentes de caixa			15. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeios correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria de Saúde do Município de Santos / SP. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.020 montam a R\$ 15.057.483.		
Provisão para descontinuidade			Demonstração aumento do caixa e equivalentes de caixa			Descrição		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			No início do período			Salários e ordenados		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			No fim do período			Décimo terceiro salário		
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			Aumento do caixa e equivalentes de caixa			Férias		
Demonstração aumento do caixa e equivalentes de caixa			contas a receber.			Hora extra		
No início do período			14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 40% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:			Indenizações		
No fim do período			Descrição			Vale transporte		
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)			FGTS		
contas a receber.			Baixas por rescisões de contratos			Provisão para descontinuidade - multa rescisória FGTS		
14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 40% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:			Saldo final			Contribuição patronal ao INSS		
Descrição			15. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeios correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria de Saúde do Município de Santos / SP. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.020 montam a R\$ 15.057.483.			(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS		
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)			16. Despesas com Pessoal			PIS		
Baixas por rescisões de contratos			Descrição			(-) Isenção do PIS		
Saldo final			Salários e ordenados			Outras		
15. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeios correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria de Saúde do Município de Santos / SP. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.020 montam a R\$ 15.057.483.			Décimo terceiro salário			17. Serviços de Terceiros		
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS			Férias			Descrição		
PIS			Hora extra			Serviços de terceiros		
(-) Isenção do PIS			Indenizações			Serviços médicos		
Outras			Vale transporte			18. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.		
17. Serviços de Terceiros			FGTS			19. Despesas Gerais e Administrativas		
Descrição			Provisão para descontinuidade - multa rescisória FGTS			Descrição		
Serviços de terceiros			Contribuição patronal ao INSS			Energia elétrica, gás e telefone		
Serviços médicos			(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS			Manutenções		
20. Drogas, Materiais e Medicamentos			PIS			Locações de equipamentos e veículos		
Descrição			(-) Isenção do PIS			Prêmios de seguros		
Medicamentos			Outras			Depreciação		
Dietsa enteral e parenteral			17. Serviços de Terceiros			Viagem ajuda de custo e reembolso de despesa		
Materiais de uso do paciente			Descrição			Outras		
Gases medicinais			Serviços de terceiros			20. Drogas, Materiais e Medicamentos		
Gêneros alimentícios			Serviços médicos			Descrição		
Materiais de limpeza e lavanderia			18. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.			Medicamentos		
Materiais de higiene e lavanderia			19. Despesas Gerais e Administrativas			Dietsa enteral e parenteral		
Impressos e materiais de expediente			Descrição			Materiais de uso do paciente		
Uniforme e enxovais			Energia elétrica, gás e telefone			Gases medicinais		
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos			Manutenções			Gêneros alimentícios		
Outros			Locações de equipamentos e veículos			Materiais de limpeza e lavanderia		
21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:			Prêmios de seguros			Materiais de higiene e lavanderia		
Descrição			Depreciação			Impressos e materiais de expediente		
Ativos			Viagem ajuda de custo e reembolso de despesa			Uniforme e enxovais		
Valor justo por meio do resultado			Outras			Materiais de conservação, reparos e consumo diversos		
Caixa e equivalentes de caixa			20. Drogas, Materiais e Medicamentos			Outros		
Pelo custo amortizado			Descrição			21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		
Contas a receber - contrato de gestão			Medicamentos			Descrição		
Partes relacionadas a receber			Dietsa enteral e parenteral			Ativos		
Total			Materiais de uso do paciente			Valor justo por meio do resultado		
Passivos			Gases medicinais			Caixa e equivalentes de caixa		
Pelo custo amortizado			Gêneros alimentícios			Pelo custo amortizado		
Fornecedores			Materiais de limpeza e lavanderia			Contas a receber - contrato de gestão		
Honorários médicos			Impressos e materiais de expediente			Partes relacionadas a receber		
Partes relacionadas a pagar			Uniforme e enxovais			Total		
Total			Materiais de conservação, reparos e consumo diversos			Passivos		
1.514.804			Outros			Pelo custo amortizado		
1.514.804			20. Drogas, Materiais e Medicamentos			Fornecedores		
1.514.804			Descrição			Honorários médicos		
1.514.804			Medicamentos			Partes relacionadas a pagar		
1.514.804			Dietsa enteral e parenteral			Total		
1.514.804			Materiais de uso do paciente			1.710.242		
1.514.804			Gases medicinais			continua		
1.514.804			Gêneros alimentícios			1.710.242		
1.514.804			Materiais de limpeza e lavanderia			1.710.242		
1.514.804			Impressos e materiais de expediente			1.710.242		
1.514.804			Uniforme e enxovais			1.710.242		
1.514.804			Materiais de conservação, reparos e consumo diversos			1.710.242		
1.514.804			Outros			1.710.242		
1.514.804			20. Drogas, Materiais e Medicamentos			1.710.242		
1.514.804			Descrição			1.710.242		
1.514.804			Medicamentos			1.710.242		
1.514.804			Dietsa enteral e parenteral			1.710.242		
1.514.804			Materiais de uso do paciente			1.710.242		
1.514.804			Gases medicinais			1.710.242		
1.514.804			Gêneros alimentícios					

22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Deferiu, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 a 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência

concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficiárias de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2020 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar é uma entidade sem fins lucrativos, beneficiária de assistência social, imune à tributação, notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A partir de maio de 2017 a Entidade passou a não recolher o PIS sobre Folha de Pagamento, baseada na Solução de Consulta COSIT nº 173/2017 de 13/03/2017, considerando que no item 15, b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) vinculou seu entendimento conforme previsto na Nota de Prontidão Atendimento - UPA 24 horas Zona Leste Santos/SP; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causa-

PGFN/CASTF/Nº 637/2014 de 29/05/2014, onde reafirma a Imunidade ao PIS sobre Folha de Pagamento às entidades beneficiárias de assistência social (que atendam aos requisitos da Lei), de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal Federal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2020
Contribuição para o finan. da seguridade social (COFINS)	454.469
Contribuição patronal ao INSS	1.258.367
PIS sobre folha de pagamento	45.249
Imposto sobre serviços ISS	571.919
Total	2.330.004

24. Outros assuntos - pandemia COVID-19: O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no período de 2020, foram:

- Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades;
- Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Dom João Bosco Oliver de Faria - Presidente
Pe Carlos Fritzen - Superintendente Financeiro
Gilmar dos Santos Oliveira-Diretor Administrativo-CPF: 677.560.345-20
Castorino M.Carvalho Neto-Contador da Unidade-CRC: 1SP132.477/O-4
David Martins Ferreira - Contador Corporativo - CRC: 1SP 195.413/O-2

da por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santos, 19 de Março de 2021.
LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8
Robson Penha de Oliveira - CRC 1SP 265.102/O-4

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores: Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Pronto Atendimento (UPA - 24 horas) Zona Leste - Santos/SP. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Pronto Atendimento (UPA - 24 horas) Zona Leste - Santos/SP (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo de 30 de junho a 31 de dezembro de 2.020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2018; (ii) A inexistência de relação entre a fiscalização ocorrida e a unida-

Novum Directiones – Investimentos e Participações em Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 34.861.820/0001-90

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial						Demonstração do Resultado								
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante	120.037	16.985	395.351	150.570	5.266	57.464	197.298	109.013	-	-	121.363	1.388	-	-
Caixa e bancos	(2.024)	(5.308)	4.434	1.481	338	-	338	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	10.317	-	-	-	18.998	25.952	-	(29)	-	(108.764)	(5.378)	-
Clientes	30.872	-	167.070	25.752	-	-	10.583	3.238	(29)	-	12.599	(3.990)	-	-
Estoques	-	-	115.424	86.742	-	-	1.475	1.475	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	91.189	22.293	98.106	36.595	-	-	113.450	75.582	-	-	-	(2.934)	(1.272)	-
Não Circulante	-	-	3.651	3.061	4.928	57.464	52.454	2.766	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	-	3.497	2.730	125.045	-	125.961	634	-	-	-	(499)	(1.003)	-
Outros realizáveis	-	-	154	331	125.045	-	125.045	634	-	-	-	-	-	-
Permanente	87.548	84.599	1.532	136	125.045	-	125.045	634	-	-	-	-	-	-
Investimentos	87.548	84.599	-	-	77.274	44.120	77.275	44.120	-	-	-	-	-	-
Stand	-	-	1.532	136	86.442	50.198	86.442	50.198	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	207.585	101.584	400.534	153.767	207.585	101.584	400.534	153.767	(3.089)	(6.078)	(3.089)	(6.078)	(3.089)	(6.078)

Notas Explicativas

1. **Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerer a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Novum, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** **(a) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. **(b)** Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". **(b) Clientes por incorporação e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano,

após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. **(c) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. **(d) Investimentos em participações societárias:** Os investimentos em participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica passivo a descoberto, uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida. **(e) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, emissão de debêntures, fornecedores e outras dívidas. **(a) Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **(b) Custos com emissão de títulos e valores mobiliários e debêntures:** Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários são contabilizados como item redutor do montante captado pela Companhia e são amortizados de acordo com o prazo de vigência das operações, sendo o saldo líquido classificado como redutor do valor da respectiva transação. Em 15/09/2020, a Novum firmou o instrumento da 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em série única, no montante total de R\$190.000, com vencimento final em setembro de 2024. Os recursos líquidos captados na emissão serão utilizados integral e exclusivamente para o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários residenciais denominados "Scena Tatuapé", "Parque Ecoville", "Moov Belém", "Moov Estação Brás", "Moov Parque Maia", "Belvedere" e "Upside Paraíso". A liberação de recursos será conforme necessidade da obra e o pagamento de amortização e juros serão pagos no final da operação. Sobre o valor nominal da emissão incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada dos DIs (Depósitos Interfinanceiros) acrescida de uma sobretaxa equivalente a 6% a.a. **(f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** (a) corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro real, sendo IRPJ e CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ, 10% para adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais a base negativa de contribuição social para fins de determinação, quando aplicável. Portanto,

Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	-	-	126.305	2.842
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	126.305	2.842
Insumos adquiridos de terceiros	(484)	-	(113.294)	(6.653)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(29)	-	(108.764)	(5.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(455)	-	(4.530)	(1.275)
Valor Adicionado Bruto	(484)	-	13.011	(3.811)
Retenções	(14)	-	(513)	(2.403)
Despesas Gerais e Administrativas	(14)	-	(14)	(1.400)
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(499)	(1.003)
Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade	(498)	-	12.498	(6.214)
Valor Adicionado recebido em transferência	2.949	(6.078)	208	3.298
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.949	(6.078)	-	3.279
Resultado financeiro	-	(0)	208	20
Valor Adicionado total a distribuir	2.451	(6.078)	12.706	(2.916)
Distribuição do Valor Adicionado	2.451	(6.078)	12.706	(2.916)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	9.861	2.020
Juros e aluguéis	5.540	-	5.933	1.143
Lucro/Prejuízo do exercício	(3.089)	(6.078)	(3.089)	(6.078)

as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **(b)** Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos. **4. Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2020 é de R\$ 86.442 (milhares de reais), dividido em 86.441.829 ações ordinárias, todas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Diretoria
Eduardo Chatah – Contador Responsável CRC 1SP 236.971/O-9

